



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024

No dia 25 de outubro de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo**; **Nivaldo Jorge da Silva**; **Fernando Pereira**; **Marcelo Alexandre Balbino dos Santos**; **Arthur Bruno de Medeiros Teti**; **Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva**; **Rafael Farias Almeida**; **Ana Paula de Santana**; **Wagner Staden de Vasconcelos Egito**; **Gilmar Correia da Silva**; **Adailton José da Silva**; **Flíipe Moura**, **Rennan Mendes dos Santos**. Conselheiras (os) Suplentes: **Dayvton Diego Almeida**; **João Batista Galdino da Silva**. PAUTA: 01. PNAB. INFORMES. **Rafael Farias** desejou boa tarde a todos e iniciou a reunião nos Informes. Ele destacou a importância do informe de Alexandre Melo, a quem passou a palavra primeiro, comprometendo-se a registrar seu próprio informe em seguida. **Alexandre Melo**, conselheiro titular do segmento de Literatura, relatou que, por meio da Associação dos Amigos do Pasárgada (Amipas), tomou conhecimento de uma decisão da Fundarpe sobre o Espaço Pasárgada. O local, um importante equipamento cultural de literatura e museu tombado desde a década de 1980, abriga uma biblioteca com 3.000 livros e recebe visitas de escolas, turistas e a sociedade civil. Ele informou que a Fundarpe pretende usar parte do espaço como sede administrativa, transferindo a gerência para a biblioteca, o que comprometeria sua função pública. Alexandre considerou a decisão inadequada e desvirtuadora, pois o Espaço Pasárgada, além de ser um ponto de visitação, carece de estrutura técnica como museólogo e bibliotecário, que são essenciais para o funcionamento adequado do local. Ele sugeriu que a Fundarpe encontrasse outro espaço para sua equipe administrativa e pediu ao conselho que emitisse uma recomendação oficial solicitando a revisão dessa decisão e a melhoria da estrutura do Pasárgada para preservar sua importância cultural para o estado. **Rafael Farias**, ao tomar conhecimento do informe sobre a situação do Espaço Pasárgada, demonstrou preocupação com a falta de bibliotecas e bibliotecários no estado de Pernambuco e destacou o impacto negativo de tal decisão. Ele sugeriu que o conselho, caso não houvesse mais informes, iniciasse uma votação para deliberar sobre a criação de um documento coletivo. Rafael propôs que uma minuta fosse compartilhada no grupo para que conselheiros e conselheiras pudessem manifestar seu apoio. Se todos concordassem, ele se comprometeria a encaminhar o documento com força coletiva do conselho. **Augusto Ferrer** sugeriu que o conselho solicitasse uma explicação formal da Fundarpe sobre a reestruturação planejada para o Espaço Pasárgada antes de propor qualquer ação. Ele concordou com os pontos apresentados, mas destacou a importância de seguir um procedimento oficial para obter clareza sobre as intenções da Fundarpe. **Rafael Farias** sugeriu que o conselho elaborasse uma minuta para questionar formalmente a Fundarpe, solicitando esclarecimentos sobre a situação



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024

do Espaço Pasárgada. Ele propôs que, caso todos concordassem, o documento incluísse uma solicitação de averiguação. Rafael também pediu a Alexandre que esclarecesse se as informações recebidas haviam sido comunicadas oficialmente por meio de documento ou e-mail, ou se haviam sido comentadas informalmente. **Alexandre Melo** informou que Marília Mendes, gestora do Espaço Pasárgada, comunicou a Amipas (Associação dos Amigos do Espaço Pasárgada) sobre a decisão da Fundarpe, ressaltando a importância do equipamento e pedindo a reconsideração. Amipas, uma instituição sem fins lucrativos dedicada à valorização do local, solicitou que Alexandre, como conselheiro, levasse a questão ao conselho. Alexandre destacou a urgência do tema, pois a ocupação administrativa já estava em andamento, e sugeriu que o conselho agisse com celeridade para manter a pertinência da intervenção. **Rafael Farias** propôs que o conselho solicite esclarecimentos formais à Fundarpe sobre a ocupação do Espaço Pasárgada. Ele sugeriu a criação de uma minuta que, dependendo da resposta, poderia se tornar um ponto de pauta e fortalecer o documento final. Rafael se dispôs a encaminhar a solicitação via SEI, após uma votação ao final dos informes, caso todos concordassem com a medida. **Wagner Egito** expressou preocupação com duas pendências: a questão do mandato da sociedade civil e a necessidade de uma definição oficial sobre sua prorrogação, que, pelo regimento, se encerraria em outubro. Ele explicou que, durante o afastamento, Yasmim Neves, então presidente interina, propôs compensar o tempo em que a presidência esteve sob a gestão do governo, inicialmente sugerindo três meses. Contudo, o período de gestão pelo governo foi de quatro meses e meio, sem que a prorrogação oficial fosse votada. Wagner reforçou a importância de definir se o mandato da sociedade civil será efetivamente prorrogado para compensar o período em que esteve sob gestão governamental. **Rafael Farias** sugeriu que, ao final da reunião, fosse realizada uma votação para resolver a pendência sobre a prorrogação do mandato. Ele informou que, em relação às eleições setoriais e ao restabelecimento das comissões, planeja uma reunião com Amanda na próxima semana para trazer respostas ao grupo. Rafael destacou a necessidade de reativar a comissão eleitoral, atualmente inativa, e mencionou que o governo estava disponível para apoiar na parte operacional, mas sem fornecer pessoal, transferindo essa responsabilidade ao conselho. Ele enfatizou que é essencial que o conselho assuma essa função para evitar prejuízos à sociedade civil. **Amanda Carneiro** fez uma ressalva sobre a situação da presidência durante a reunião, lembrando que, no dia 10 de julho, Yasmim, presidente interina na época, havia ligado para Wagner, oferecendo-lhe a oportunidade de reassumir a presidência, o que ele recusou. Ela mencionou que, ao longo do ano, ocorreram três reuniões, incluindo as de 10 e 22 de julho, e que Yasmim havia explicado a Wagner que poderia voltar imediatamente à presidência. Amanda também destacou que Cleonice afirmou que,



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024

independentemente de qualquer pronunciamento, a presidência deveria ser restabelecida após o prazo. Como Wagner não quis assumir após 15 dias, o período em questão totalizava 90 dias. Amanda propôs que o conselho analisasse a situação e que fosse realizada uma votação ao final da reunião para decidir sobre a questão. **Rafael Farias** expressou sua compreensão sobre a situação, destacando que, mesmo com a recusa de Wagner em assumir a presidência, ele continuava ligado ao governo. Ele propôs que a contagem de tempo da presidência da sociedade civil começasse a partir do momento em que Yasmim deixou o cargo, e não pela decisão de Wagner. Ele sugeriu que, ao final da reunião, fosse realizada uma votação sobre a questão. Rafael também trouxe um informe sobre um evento no Centro do Artesanato, onde a presença do presidente do conselho foi constrangedora, pois ele não pôde falar. Apesar de considerar se retirar, decidiu permanecer devido à importância do conselho e da cultura de Pernambuco. Ele notou que a desorganização do evento afetou não apenas o presidente, mas também outras autoridades presentes. Após o evento, ele procurou a organização para expressar suas preocupações, e foi convidado a fazer uma fala posteriormente. Ele agradeceu as mensagens de apoio que recebeu, mas ressaltou que a prioridade era avançar nas pautas do conselho. Rafael anunciou a intenção de discutir os pontos de cultura, mencionando conversas com a secretaria de Cultura e a necessidade de abertura de editais para inscrição de propostas. Ele solicitou a presença de representantes do governo para trazer devolutivas sobre os pontos de cultura, expressando que a presença da secretaria seria crucial para as discussões. Ele fez um apelo para que outros conselheiros que tivessem interesse na pauta se manifestassem. **Amanda Carneiro** informou que o coordenador Edvaldo Júnior foi solicitado a entrar em contato com o Ministério da Cultura (MINC) para entender como a concessão referente à Lei Cultura Viva foi realizada no Estado da Bahia. O objetivo era investigar a possibilidade de mudar o formato, eliminando a obrigatoriedade da apresentação de empresa formalizada com CNPJ. Amanda destacou que a resposta recebida indicava a necessidade de um embasamento legal para verificar se essa mudança era autorizada. Ela solicitou que todos aguardassem até a próxima terça-feira para que pudesse trazer uma devolutiva ao conselho sobre como essa questão seria abordada, se fosse viável. **Rafael Farias** agradeceu a Amanda pela devolutiva, reconhecendo que não era seu papel, mas ela estava fazendo uma ponte entre o grupo e o governo. Ele expressou a crença de que deveriam desistir da obrigatoriedade do CNPJ, uma vez que a Bahia havia permitido a participação de alguns pontos de cultura sem essa exigência. Rafael mencionou que a premiação poderia ser uma oportunidade, já que convênios, segundo ele, só poderiam ser feitos com CNPJ e não com pessoas físicas. Ele ressaltou que o edital era extremamente complexo, dificultando a inscrição de muitos, e lamentou a falta de uma conversa com o conselho



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024

sobre a linguagem dos editais, que considerou difícil e limitada. Rafael reconheceu a importância de alguns editais, como os relacionados a quadrilhas juninas e hip hop, mas enfatizou que discussões coletivas eram essenciais para reduzir erros e melhorar a efetividade das iniciativas culturais. **Rafael Farias** reforçou que era uma norma do conselho que todos os presentes na sala, especialmente aqueles que haviam sido votados, se identificassem. Ele expressou a satisfação em receber a sociedade civil nas reuniões, destacando a importância da continuidade do conselho. Rafael enfatizou que a participação ativa era essencial, pois o anonimato poderia levar a situações perigosas. Ele solicitou que todos se manifestassem, informando a qual grupo ou entidade pertenciam, caso contrário, as pessoas poderiam ser removidas da sala, uma decisão que já havia sido votada. Ele então perguntou se algum conselheiro gostaria de discutir o ponto da PNAB enquanto aguardavam respostas do governo, lembrando que o horário era reduzido e que ainda havia uma votação a ser realizada no final. **Dayvton Almeida** afirmou que a premiação para pontos de cultura poderia ser feita com pessoas utilizando o CPF, desde que representassem um coletivo, e não apenas por meio de CNPJ. Ele explicou que a aprovação para receber o recurso dependia da validação no Ministério da Cultura e na Rede Cultura Viva, onde seria possível se tornar um ponto ou pontão de cultura. Além disso, Dayvton mencionou que a comprovação necessária para se tornar um ponto ou pontão de cultura seria tranquila, destacando que a inscrição para receber a verba estava acessível. **Rafael Farias** ressaltou que a falta de discussão sobre certos pontos no conselho levou a percalços indesejados. Ele afirmou que, quando os assuntos não são abordados coletivamente, surgem dificuldades. Rafael destacou a importância do diálogo e da discussão entre os membros do conselho. Ele também questionou se havia mais algum conselheiro que gostaria de se manifestar sobre o tema dos pontos de cultura ou sobre outra pauta relacionada à PNAB. **Rafael Farias** fez uma colocação importante ao destacar que muitos dos pontos discutidos não haviam sido abordados no conselho, o que resultou em percalços. Ele ressaltou que, quando as questões não são debatidas coletivamente, surgem dificuldades. Rafael mencionou que, nos editais da Cultura Viva, poderia ter havido a categoria de premiação, o que não foi considerado. Ele explicou que, para grupos que possuem certificação do Ministério da Cultura como pontos de cultura, mas não têm CNPJ, o acesso aos recursos da Cultura Viva se torna inviável. Rafael também observou que a manutenção de um CNPJ é onerosa, especialmente para aqueles que já enfrentam dificuldades financeiras, como aluguel e despesas diárias. Ele enfatizou a necessidade de um tratamento mais cuidadoso para os pontos de cultura, mencionando que o edital atual não foi adequado. Ao final, ele pediu que os conselheiros se manifestassem sobre o assunto e comentou a ausência de representantes do governo que poderiam contribuir para a discussão, como Edvaldo



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024

Júnior e Filipe Moura. **Michael Marvey**, conselheiro do Setorial do segmento de Circo, relatou que, conforme mencionado por Nivaldo Jorge, que também estava presente na reunião, a PNAB estabeleceu diretrizes específicas para os pontos de cultura, que acabaram restringindo o acesso a apenas aqueles com CNPJ. Michael explicou que, devido a essa regulamentação, o estado possui um recurso maior para fomento, enquanto os municípios podem realizar premiações. Ele destacou que, por conta de outra legislação, não é possível oferecer fomento a grupos que não tenham a personalidade jurídica formalizada. Assim, ele finalizou sua fala sobre o ponto de cultura. **Rafael Farias** agradeceu ao companheiro e reconheceu que, apesar da divisão ocorrida em algum momento, ela pode não ter sido benéfica. Ele expressou a percepção de que o estado talvez não conseguisse gastar o dinheiro disponível para os pontos de cultura, pois, apesar de terem reaberto, não estavam conseguindo preencher as vagas. Ele então mencionou a PNAB e trouxe duas questões. A primeira, solicitada por Wllyssys Wolfgang, referia-se à fiscalização e aos canais de denúncia sobre tentativas de fraudes em relação às provas de residência. Rafael ressaltou que, embora as comissões de fiscalização tivessem funcionado melhor em Arcoverde, era necessário implementar uma comissão específica para lidar com as autodeclaracões. A segunda questão envolveu prazos de pagamento. Rafael compartilhou uma conversa que teve com Yasmim Neves e Ana Paula, na qual expressou preocupação sobre os prazos, mencionando que havia sido discutida uma prorrogação em uma reunião anterior. Ele destacou que a secretaria de cultura e as diretoras estavam buscando uma solução e que havia a expectativa de um prazo especial para pagamentos em janeiro. Rafael enfatizou a importância de obter um cronograma atualizado sobre os pagamentos, pois era essencial que o dinheiro chegassem rapidamente aos fazedores de cultura, que ainda enfrentavam dificuldades financeiras após a pandemia. Ele finalizou ressaltando a necessidade de discutir e resolver esses problemas para que os projetos fossem executados de maneira eficiente. **Amanda Carneiro** informou que, assim como na LPG, havia um canal de denúncias disponível por meio de um e-mail específico. Ela já havia repassado esse e-mail para a sociedade civil, que a procurou no privado, e também o havia compartilhado no grupo do conselho. Ela destacou que era fundamental que todos formalizassem suas denúncias através desse canal, pois a comissão de editais seria responsável por receber e investigar as reclamações. Amanda também anunciou que os cronogramas de prêmios, bolsas e técnicos já estavam disponíveis na plataforma do Mapa Cultural. Ela mencionou que três cronogramas estavam acessíveis e que Wllyssys havia comentado sobre dificuldades que algumas pessoas estavam enfrentando para visualizar as informações. Para resolver isso, ela pediu que qualquer dificuldade fosse reportada ao canal oficial de comunicação do Mapa Cultural, que agora contava com



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024

uma equipe ampliada para atender à alta demanda. **Rafael Farias** agradeceu pela informação de Amanda sobre a divulgação dos resultados e destacou a importância de garantir que esses cronogramas fossem realmente cumpridos, especialmente para apoiar os artistas de culturas populares, como os carnavalescos, que poderiam enfrentar problemas financeiros devido ao fechamento dos trâmites de pagamento antes do carnaval. Ele ressaltou a necessidade de dar prioridade a esses artistas, os mais afetados pela falta de acesso e conectividade, especialmente no Sertão de Pernambuco, onde há dificuldades adicionais de acesso à internet. Ele também mencionou um caso em que um artista foi desclassificado ao inscrever dois projetos com o mesmo CPF, evidenciando a falta de clareza nas orientações do edital. Rafael lamentou a situação e reforçou a importância do diálogo constante no conselho para evitar esses mal-entendidos. Após discutir, ele informou que iniciaria o processo de votação sobre a questão do uso do Espaço Pasárgada, com a recomendação do conselheiro Alexandre. Como não houve oposição nem abstenção, ele determinou que a questão seria encaminhada formalmente via SEI e que traria o retorno ao grupo. **Wagner Egito** explicou que a questão da presidência do Conselho, em casos omissos, deve ser decidida exclusivamente pelos conselheiros e não pelo jurídico, pois não é uma demanda jurídica. Ele afirmou que tanto a sociedade civil quanto a gestão têm o direito a 12 meses de mandato, podendo abrir mão desse direito. Wagner relatou uma comunicação informal que teve com Yasmim, na qual ela sugeriu que ele assumisse a presidência após o decurso dos 90 dias da portaria, mas ele recusou, preferindo aguardar a conclusão do processo que o afastou. Assim, Yasmim continuou presidindo, o que resultou na gestão permanecendo à frente por quatro meses e meio. Wagner enfatizou que o Regimento prevê igualdade de tempo entre sociedade civil e gestão na presidência e que, para manter a isonomia, ele propôs que o mandato fosse compensado até a reunião ordinária de março, totalizando os quatro meses e meio, e sugeriu colocar essa prorrogação em votação para aprovação do Conselho. **Rafael Farias**, devido à falta de quórum, propôs que a proposta fosse anotada e levada para a próxima reunião, esperando que o governo não fizesse objeção. Ele comentou que, em gestões anteriores, o governo costumava deixar a presidência sob responsabilidade da sociedade civil, como no caso de Jocimar, que foi reeleito sem oposição governamental, destacando isso como um gesto nobre. Ele sugeriu que a questão da prorrogação fosse incluída na pauta da próxima reunião, seja extraordinária ou ordinária. Rafael também informou que, conforme combinado para encerrar a reunião até as 16h, encerrava a sessão devido ao seu estado de saúde e ao compromisso com a Secretaria de Cultura. Agradeceu a todos e encerrou desejando uma boa tarde. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião.



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024**

Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)

Augusto Ferrer Castro de Melo

Nivaldo Jorge da Silva

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Fernando Pereira

Arthur Bruno de Medeiros Teti



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024**

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Filipe Moura

Rennan Mendes dos Santos



Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO - 25/10/2024**

Dayton Diego Almeida

João Batista Galdino da Silva